

A TEORIA DA TERRITORIALIZAÇÃO- DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO: Um estudo sobre a realidade dos camponeses de São Miguel de Taipu – Paraíba.

Rayssa de Lyra Lisboa¹

O município de São Miguel de Taipu está localizado na Zona da Mata do estado da Paraíba, berço da atividade canavieira desde o período colonial. Nesse contexto, em seu território foram instalados 6 engenhos produtores de açúcar, que inicialmente abrigou centenas de escravos, e posteriormente moradores e posseiros sem terra. A partir da década de 1970 do século XX, com o processo de expansão da atividade canavieira, posterior a um período de estagnação e crise, os engenhos de São Miguel de Taipu passaram por um processo de valorização de suas terras, interferindo diretamente na vida dos camponeses sem terra que vivam a muitos anos como posseiros e moradores no interior dessas propriedades, e que foram expropriados para que houvesse a ampliação da produção de cana de açúcar.

Na década de 1990, na medida em que a atividade canavieira passou por uma nova crise, os camponeses sem terra, ora expropriados, começaram a vislumbrar a possibilidade de retornar a terra dos engenhos, tendo em vista que alguns deles encontravam-se em situação de abandono por parte de seus proprietários. Com isso, ocorre em São Miguel um processo de territorialização da luta pela terra. No processo de luta por terra, os camponeses de São Miguel de Taipu contaram com o apoio de movimentos sociais, em especial da Comissão Pastoral da Terra, que na Paraíba, conforme aponta Mitidiero Jr. (2008) assume um papel diferenciado, sendo representada pela ala da Igreja Católica imbuída da Teologia da Libertação, e que vai assumir de corpo e alma a luta dos oprimidos, produzindo e organizando situações de luta e de resistência. Desse modo, a CPT foi a principal articuladora das lutas camponesas que tiveram lugar em São Miguel de Taipu, se fazendo presente de forma efetiva no enfrentamento conflituoso entre camponeses, os latifundiários que embora estivessem com suas propriedades sem uso, lutavam para não perdê-las, demonstrando que o seu real interesse pela terra estava na sua valorização, e não no cumprimento de

¹ Mestre em Geografia/UFPB. Professora da Educação Básica. rayssalisboageo@gmail.com

sua função social. Além desses, o Estado aparece ainda, como a instituição que se apresenta com um interesse de classe muito bem definido, atuando como um atendente dos interesses da classe dominante.

Nesse sentido, remetemo-nos a Ianni (2004) quando ele diz que o Estado é o responsável pela manutenção de uma classe em detrimento de outra. No caso, a manutenção da classe latifundiária em detrimento da classe camponesa. Destacamos assim que, nem todo o aparato latifundiário amparado pelo poder do Estado, foi capaz de impedir as conquistas oriundas da luta camponesa pelo acesso a terra.

No entanto, se faz necessário considerar que até o processo de reterritorialização camponesa, que culmina na conquista da terra, foi necessário percorrer um longo caminho, marcado por processos de desterritorialização. Nesse sentido, a dinâmica que ficou conhecida como T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização) nos deu suporte para analisar esse caminho percorrido pelos camponeses de São Miguel de Taipu em seu processo migratório do campo para cidade e da cidade de volta para o campo.

Tomando por base essa teoria, remetemo-nos a Fernandes (2004) quando ele afirma que os conflitos inerentes ao campo brasileiro se organizam em um movimento continuado de “destruição e recriação” das relações sociais. Para ele, a transformação das relações sociais se apresentam nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do campesinato.

Para Chelotti (2013) os processos geográficos de T-D-R se apresentam como um importante viés analítico para interpretarmos a atuação dos movimentos sociais no campo e a construção de novos territórios de produção camponesa. Para o autor, esses processos devem ser entendidos como dinâmicos e inerentes à própria sociedade, onde a reterritorialização do camponês que conquista a terra, não implica no estancamento desse processo.

Posto isso, buscaremos nesse artigo apresentar a trajetória dos camponeses de São Miguel de Taipu, a luz desse processo contínuo de criação e recriação do campesinato, sendo observados no processo de territorialização do capital que implicou na desterritorialização camponesa, e posteriormente na sua reterritorialização mediante a conflitualidade que se apresentou através da luta pela terra.

No que tange a metodologia utilizada para desenvolver esse estudo, esta consistiu em levantamento de dados secundários em órgãos como INCRA e IBGE, esses nos dados nos permitiram analisar os números relacionados ao quantitativo populacional, onde identificamos claramente que a população rural diminuiu drasticamente no processo de expropriação do campesinato, tendo conseqüentemente a população urbana aumentado, e posterior a esse período, observamos um processo inverso, ou seja, o retorno da população camponesa ao campo mediante a conquista da terra. Além da metodologia quantitativa, nos apoiamos ainda na metodologia qualitativa da história oral, tomando o trabalho de Moreira (1990) como referência, onde resgatamos a trajetória dos camponeses do município a partir do relato de vida daqueles e daquelas camponesas que participaram dos processos de luta pela conquista da terra. De forma paralela e complementar, analisamos de forma crítica os processos de desapropriação de imóveis fornecidos pelo INCRA, o que nos permitiu ter acesso a informações muito ricas e que nos proporcionou um maior entendimento da trajetória dos camponeses do município, analisando-os a partir da teoria da T-D-R.

Por fim, destacamos a importância dos trabalhos de campo realizados, sobretudo, para colher depoimentos e realizar entrevistas com os camponeses. Por fim, destacamos que o processo de reterritorialização camponesa no município de São Miguel de Taipu, não significou o fim da luta, mas sim, o início de uma nova luta, a luta para permanecer na terra, tendo em vista que a política de reforma agrária brasileira, pautada na criação de assentamentos rurais, não tem proporcionado um real desenvolvimento dos camponeses na terra conquistada, sobretudo, com relação a falta de políticas públicas.

Em São Miguel de Taipu identificamos diversos exemplos que apontam para a insuficiência dessa política nos moldes que ela tem sido realizada. Tem sido em meio às dificuldades que os camponeses têm buscado desenvolver estratégias de reprodução, a fim de que não sejam novamente, desterritorializados de um território que foi por eles conquistado, mas onde há a constante ameaça do capital que encontra-se nele territorializado.

Referências

MITIDIERO JR. M. A. GARCIA. M. F. e VIANA. P. C. G. (orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais** (pp.125-151). 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FENANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. Editor. **Luta pela Terra, pela Reforma Agrária e Gestão e Conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: MITIDIERO JR. M. A. GARCIA. M. F. e VIANA. P. C. G. (orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais** (pp. 153-179). 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MITIDIERO JR. M. A. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. 502p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2008.

MOREIRA, E. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997, v. I.

MOREIRA, E. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997, v II.

MOREIRA, E. **Território de Esperanças**. Projeto de Pesquisa: João Pessoa, 2006.

MOREIRA, E., TARGINO I. e MENEZES M. **Um relato das Ligas Camponesas na Paraíba a partir da memória de seus protagonistas**. Revista Ruris, v. 5, nº 1. Março, 2011.

MOREIRA, E., TARGINO I., MARQUES, R. NOBREGA, U. **Zona da Mata: reestruturação do setor sucroalcooleiro, reforma agrária e paisagem rural**. Cadernos do Logepa. João Pessoa, v. 2, nº 1, p. 45/56. Jan/Jun. 2003.